

Referência: NUNES, M. B. (2007). Leitura, literacias e inclusão social. In J. T. Lopes (org.) – *Práticas de dinamização da leitura*. Porto: Sete-Pés, Projectos Artísticos e Culturais.

**Leitura, literacias e inclusão social: novos e velhos desafios
para as bibliotecas públicas**

Manuela Barreto Nunes*

* *Professora auxiliar e directora da Biblioteca da Universidade Portucalense. Licenciada em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (1985), pós-graduada em Ciências Documentais pela mesma Faculdade (1991) e doutorada em Documentação pela Universidade de Granada, Espanha (2003). Entre 1990 e 1999 exerceu a actividade de bibliotecária nas Bibliotecas Municipais de V. N. Famalicão e Vila Verde, tendo sido responsável pela organização e planificação dos serviços destas bibliotecas no âmbito da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas.*

Resumo: *a partir da definição de biblioteca pública consagrada pelo Manifesto da UNESCO Sobre Bibliotecas Públicas e documentos conexos, são apresentadas e discutidas questões relacionadas com o papel destas instituições na sociedade actual, nomeadamente na promoção da leitura e das literacias, consideradas como factores de inclusão social. A história recente das bibliotecas públicas em Portugal é brevemente abordada, apontando-se qualidades e disfuncionalidades patentes na Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, que acaba de cumprir 30 anos.*

O principal objectivo das bibliotecas de qualquer tipo é a prestação de serviços de acesso, não apenas à informação mas, mais exactamente, ao conhecimento. No caso das bibliotecas públicas, este objectivo geral insere-se no contexto de alguns princípios básicos que determinam uma forma específica de actuar e se relacionam com as suas características de serviço público: para além de permitir o acesso a informação organizada, elas devem promover actividades que, por um lado, contribuam para o desenvolvimento de competências de literacia, nomeadamente literacia informacional, necessárias à pesquisa, selecção, interpretação e processamento da informação disponibilizada e, por outro lado, proporcionem o acesso à literatura e aos produtos culturais e artísticos em geral, bem como aos testemunhos da memória e da identidade local.

De facto, logo no segundo parágrafo do *Manifesto da UNESCO Sobre Bibliotecas Públicas* (1994), documento elaborado para a UNESCO pela Secção de Bibliotecas Públicas da IFLA – Federação Internacional das Associações de Bibliotecas –, pode ler-se que "*A biblioteca pública, **porta local de acesso ao conhecimento**, constitui um **requisito básico** para a **aprendizagem ao longo da vida**, para a **tomada independente de decisões** e para o **progresso cultural** do indivíduo e dos grupos sociais.*"

Na sequência desta definição de carácter funcional, centrada na acção e na dimensão elementar de um conjunto de serviços orientados para o desenvolvimento de competências individuais e sociais, uma descrição algo mais complexa é apresentada nas *Linhas de Orientação da IFLA/UNESCO Para o Desenvolvimento de Serviços de Bibliotecas Públicas* (2001), que procuram transformar os princípios expressos no Manifesto numa ferramenta de apoio ao trabalho efectivo em bibliotecas públicas: "*Uma biblioteca pública é uma organização estabelecida, apoiada e financiada pela comunidade, quer por meio das autoridades locais, regionais ou nacionais, quer mediante qualquer outra forma de organização colectiva. Proporciona*

o acesso ao conhecimento, à informação e às obras da imaginação graças a toda uma série de recursos e serviços e está à disposição de todos os membros da comunidade por igual, independentemente da raça, nacionalidade, idade, sexo, religião, idioma, deficiência física, condição económica e laboral e nível de instrução.”¹

Nesta definição, o carácter público da biblioteca é claramente enunciado na afirmação de que se trata de uma instituição *estabelecida, apoiada e financiada pela comunidade*, em qualquer das suas formas organizativas. A descrição dos seus objectivos não acrescenta muito à do Manifesto acima citado, embora adite que estes serão assegurados pela prestação de um conjunto de serviços e através de um leque de recursos; no entanto, o mais importante é a explicação de que esses serviços se destinam a toda a comunidade, independentemente de características que não se restringem às condições de raça, nacionalidade ou idade, nem às opções religiosas, mas que implicam tanto as deficiências físicas, como as condições económicas e níveis de educação dos potenciais utilizadores, o que tem consequências muito concretas nas actividades ou serviços que a biblioteca terá que desenvolver em função desta definição.

De facto, se os objectivos das bibliotecas em geral são o fornecimento de serviços de informação e acesso ao conhecimento, e se as bibliotecas públicas assumem como destinatário da prestação deste serviço o conjunto de indivíduos que constituem uma comunidade local, independentemente de características pessoais, incluindo debilidades físicas, permanentes ou temporárias, e condições económicas, sociais ou educativas, elas terão que desenvolver, em paralelo com os serviços de informação, serviços de cultura e acesso à educação informal nos níveis necessários para que seja assegurada a plena igualdade de acesso. Para além disso, ao ver acrescentados o acesso ao conhecimento e aos produtos da imaginação às funções puramente informativas, a biblioteca pública obriga-se à prestação de serviços de educação e cultura que satisfaçam as necessidades dos diversos grupos de utilizadores, definidos por uma ampla heterogeneidade, que é por sua vez o reflexo da heterogeneidade do tecido social.

¹ Tradução da autora a partir da edição espanhola citada na bibliografia.

Torna-se assim evidente que é função da biblioteca pública promover a criação de hábitos de leitura desde a primeira infância (de acordo com uma das missões expressas no Manifesto da UNESCO) e, simultaneamente, apoiar a aquisição de competências de literacia que facilitem aos cidadãos um acesso à informação equitativo e adequado às necessidades de cada um. Na realidade, mais do que nunca, aprender a pensar activa e criticamente sobre a informação em vez de receber passivamente dados ou materiais pré-preparados é necessário para sobreviver no ambiente informacional que caracteriza a sociedade do novo milénio. É esta, aliás, a definição de literacia informacional: o conjunto de habilidades e competências que permitem o desenvolvimento de um pensamento sofisticado e o uso efectivo da informação ao longo da vida (cf. Dewald et. al., 2000, p. 33).

Para as bibliotecas públicas, trata-se de uma questão essencial: facilitar a informação não é suficiente, pois é necessário conseguir que ela se torne útil, isto é, passível de ser transformada em conhecimento, por parte de quem a procura.

O facto é que uma promoção democrática do acesso à informação no sentido da alfabetização informacional implica, não só uma atitude activa por parte da biblioteca, mas também dos utilizadores, com os quais há que estabelecer essa relação interactiva facilitada pelas tecnologias da informação e comunicação, traduzindo-a numa aproximação participada, comprometida e flexível ao processo informativo.

Na realidade, a detecção das necessidades dos utilizadores antes da tomada de decisões e da projecção de actividades de formação informacional, é uma consequência da própria definição do conceito, já que a alfabetização informacional é principalmente uma questão de aprendizagem contínua (cf. Marcum, 2002), condicionada por características, capacidades e competências individuais. A alfabetização, ou literacia, informacional implica o domínio do uso das tecnologias da informação, o conhecimento das fontes e sistemas de organização da informação, dos procedimentos de recuperação ligados aos critérios de selecção da informação adequada, e do seu controlo e uso com o fim de produzir novo conhecimento.

Ao considerarmos que, no cumprimento das missões que lhe são propostas pelo Manifesto da UNESCO, a biblioteca pública deve promover a inclusão; que a inclusão na sociedade actual significa um grau, bastante mais elevado do que há poucos anos atrás, de domínio de competências de literacia; e que o seu objectivo máximo é a promoção do acesso ao conhecimento (não à informação, não aos dados) – o que se revela é que uma das prioridades máximas dos sistemas actuais de bibliotecas públicas é claramente a realização de actividades e a prestação de serviços que de alguma forma tenham a alfabetização informacional como motor. Neste sentido, não é exagerado dizer que, na sociedade informacional, a biblioteca pública deve desenhar-se como um *ambiente* pensado, criado, organizado e difundido para as literacias.

As condições criadas pela comunicação mediada por computador, caracterizada pela interactividade e pela ligação de muitos com muitos em tempo real, exigem algo mais dos cidadãos do que o domínio de destrezas de alfabetização monolíticas (da leitura e da escrita, doutras linguagens, como a matemática, ou idiomas estrangeiros, da informática...): o que se exige hoje são múltiplas alfabetizações, ou o que Tyner (1998) chama de “tool literacies” (computadores, redes, tecnologias) e “representation literacies” (da informação, dos media, visual...), cada uma com as suas características e objectivos sociais específicos e cujo cume se alcança com o domínio das “technologies of the intellect”, que asseguram o acesso criativo e a utilização crítica de informação, técnicas de comunicação e diálogo e metalinguagens.

Apesar de não ser já suficiente para assegurar a qualidade de vida e a inclusão social, a base de todas as literacias continua a ser a alfabetização no sentido tradicional, isto é, a alfabetização da leitura e da escrita. Assim se compreende que as literacias são mais do que ferramentas, são valores culturais ancorados em contextos e épocas específicas e de cuja soma não resulta um número redondo, mas antes um valor acrescentado e definitivo na definição do papel de cada indivíduo na sociedade a que pertence. Actualmente, a literacia informacional é uma condição da inclusão social. O seu fundamento são o conteúdo e a transferência de informação, não em si mesmos, mas inseridos em procedimentos activos e participados pelos

destinatários da informação, já que ela equivale a um processo contínuo e compreensivo de aprendizagem em contexto.

As bibliotecas públicas não podem pois limitar-se a facilitar o acesso à informação: é essencial que essa informação se torne útil, isto é, que seja transmitida em condições de poder transformar-se em conhecimento. No ambiente fluído, marcado pela interconexão e pela interactividade e, sobretudo, pela autonomia na aprendizagem facilitada pelas TIC, é essencial que os serviços bibliotecários se adaptem aos desejos e necessidades, em permanente mudança, dos utilizadores, relativamente à aquisição de conhecimentos e aos usos da informação (cf. Rader, 2000).

A australiana Christine Bruce (1997) desenvolveu um modelo relacional, que conceptualiza a literacia informacional em sete aspectos (a que chama "faces") encadeados e interdependentes². O curioso deste modelo, é o facto de a investigadora o fazer culminar num estágio que designa de *concepção de sabedoria* ("wisdom conception") o que, no âmbito do tema desta discussão, pode considerar-se como o pleno do conceito de inclusão do indivíduo na sociedade, detentor de competências críticas e conhecimentos culturais que lhe asseguram o domínio da sua vida e uma integração participada e equilibrada na comunidade. Uma interpretação possível do modelo relacional leva-nos à consideração da alfabetização informacional como um processo que redimensiona o papel da biblioteca pública, num contexto algo mais complexo e menos redutor de que o que nos é apresentado por outros modelos semelhantes. Na realidade, a preocupação com a promoção das literacias não pode ficar-se pela transmissão de competências de informação, esquecendo a memória cultural e a abertura de horizontes proporcionadas pelo contacto com a história, o património, as artes e a literatura. A biblioteca pública tem hoje, mais do que nunca, a responsabilidade de acrescentar valor ao ambiente informacional, adicionando-lhe a face humana da criatividade, da imaginação e da possibilidade da felicidade. A essa possibilidade única de combinação de todas as dimensões da vida, que implica a biblioteca pública enquanto organização até agora sem rival na prestação de serviços a partir

² Bruce, Christine (1997), *The seven faces of information literacy* : as sete faces do Modelo Relacional manifestam-se na concepção de (1) tecnologias da informação, (2) fontes de informação, (3) processo de informação, (4) controlo de informação, (5) construção do conhecimento, (6) extensão do conhecimento e, finalmente, (7) a concepção de sabedoria.

de colecções documentais de carácter universal e enciclopédico, talvez possamos então chamar de “alfabetização global” – um conceito que ultrapassa a tendência para a “infantilização” dos utilizadores a que, em muitos casos, está a levar a aplicação dos princípios da alfabetização informacional, considerando a cultura e o estímulo intelectual como competências tão importantes como as perspectivas utilitárias que estão na base da ideia do “uso” da informação. É nossa convicção que esta é a única interpretação que as bibliotecas públicas podem fazer do conceito de alfabetização informacional e das noções de inclusão e cidadania activa no desenvolvimento dos seus serviços: a plena participação do indivíduo na sociedade e o cumprimento de uma vida plena não se esgotam no domínio de destrezas de informação de dimensão utilitária que, isoladas de outros saberes, podem configurar uma nova forma de exploração dos cidadãos trabalhadores; pelo contrário, elas enriquecem-se e ampliam-se com a promoção de hábitos de leitura literária desde a primeira infância, previamente à aquisição de habilidades de leitura utilitária, e com o conhecimento e a fruição dos produtos da cultura contemporânea e da memória cultural.

A um nível que tem que ver simultaneamente com a satisfação de necessidades do dia-a-dia, com a actualização de conhecimentos profissionais, com a inclusão na comunidade, com as relações com a administração local e nacional, com a participação no meio social, com o contacto com a diversidade dos produtos da imaginação e do pensamento humano, ou com a simples ocupação dos tempos livres, as bibliotecas públicas adquirem hoje em dia especiais responsabilidades na promoção de destrezas de informação, no sentido complexo que propúnhamos no parágrafo anterior.

O grande obstáculo que se coloca às bibliotecas públicas portuguesas na concretização dos objectivos que lhes são propostos pelo Manifesto da UNESCO, à luz da sociedade contemporânea, é ainda, 30 anos passados sobre o 25 de Abril, e 20 sobre a criação da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, a sua falta de efectivo impacto social. Instituições de cultura, cujas funções nas áreas da educação ao longo da vida e da auto-aprendizagem, do acesso à informação e ao conhecimento, da promoção da leitura e das literacias estarão sempre imbuídas dessa dimensão cultural primordial,

instituições que hoje fazem parte da paisagem arquitectónica de quase todos os Concelhos do país, elas não conseguem sair do ciclo vicioso da falta de financiamento e dos recursos considerados essenciais para uma intervenção eficaz no seio das comunidades locais.

De facto, o problema nunca passou pela falta de prestígio cultural, que lhes é outorgado pelo facto de serem tradicionalmente consideradas como guardiãs do património bibliográfico, da memória e da tradição cultural. No entanto quando, em meados dos anos 70, a revolução trouxe a democracia a Portugal, a situação da maior parte das bibliotecas públicas era deplorável, e a sua ineficácia clamorosa (cf. Nunes, 1996b). É sabido que as ditaduras não se entendem bem com o conhecimento, e as missões de educação popular e acesso universal à cultura e à informação das bibliotecas foram muitas vezes ao longo da História olhadas e tratadas como subversivas, e controladas pelos poderes do Estado através de diversas formas, das quais a mais evidente é a censura, mas às quais se podem acrescentar a falta de investimento, de formação profissional e de recursos.

Até mesmo a democracia demorou tempo a dar importância às bibliotecas públicas, pois só em 1986 foi lançado o Programa da Rede Nacional de Biblioteca Públicas e em 2007, apesar da evidente necessidade de regulamentação, Portugal é quase o único país europeu sem uma Lei de bibliotecas.

No entanto reconheça-se que, mesmo sem legislação específica que funcionasse como base de apoio, foi possível desenvolver uma rede de bibliotecas públicas municipais, concebida em função dos princípios expressos no Manifesto da UNESCO e considerada exemplar a nível internacional, estando já em pleno funcionamento 154 bibliotecas, num total de 262 Autarquias que assinaram um protocolo para a construção destes equipamentos a partir do programa proposto pelo Ministério da Cultura ³. Tal como na vizinha Espanha, as transformações sociais dos últimos 20 anos tornaram possível um desenvolvimento sem precedentes na nossa História dos serviços de bibliotecas públicas.

³ Dados de Dez. 2006, segundo a página *Bibliotecas Públicas*, no sítio do Instituto Português do Livro e das Bibliotecas, disponível em <http://www.iplb.pt>.

O conceito de rede, porém, se funciona ao nível da edificação das infra-estruturas e da reunião das condições básicas de funcionamento, assegurando tanto uma forte equidade como um nível mínimo de qualidade no que diz respeito aos edifícios, mobiliário, equipamentos, colecções e recursos humanos, deixa de ser aplicado a partir do momento em que as bibliotecas estão concluídas e passam a depender exclusivamente dos municípios: é aqui que a rede se transforma em isolamento e começam a verificar-se maiores desigualdades ao nível do desenvolvimento dos serviços, demasiado dependentes dos recursos financeiros de cada autarquia, tanto como da vontade política dos autarcas e da actuação muito incerta e variável dos sucessivos governos nacionais. Aspectos como a actualização das colecções, o desenvolvimento de actividades de promoção da leitura e extensão cultural e até a própria automatização das bibliotecas são os mais afectados pela inexistência de uma efectiva política de rede a partir do momento em que as bibliotecas são inauguradas. A confusão, ainda existente em muitos lados, entre os papéis da biblioteca pública e da biblioteca escolar – e apesar da criação de numerosas bibliotecas escolares ao longo dos últimos 10 anos, no âmbito da dinâmica desenvolvida pela Rede de Bibliotecas Escolares – são um outro factor de desequilíbrio, que condiciona a actuação de muitas bibliotecas municipais e funciona como um entrave à prestação de serviços de acesso ao conhecimento desenhados em função das necessidades das comunidades locais.

Estas são as principais dificuldades que as bibliotecas públicas portuguesas enfrentam na tentativa de se transformarem em organismos com real impacto na sociedade informacional. Os novos papéis e, sobretudo, as novas orientações que determinam a sua actividade exigem um reconhecimento social prévio, e um empenhamento da administração pública, a todos os níveis, no seu desenvolvimento enquanto organizações ao serviço da inclusão social, da formação contínua e da cultura, isto é, a sua participação nos planos nacionais, regionais e locais de integração na sociedade da informação.

O grande desafio da actualidade implica que, mesmo introduzindo serviços e equipamentos adequados ao uso das novas tecnologias da informação, incluindo pontos de acesso rápidos, simples e em número suficiente à Internet, mesmo desenvolvendo programas de qualidade no

campo da promoção da leitura e das literacias, nomeadamente junto das crianças, as bibliotecas públicas portuguesas sejam capazes de ultrapassar o estigma da imagem social de espaços “de estudo, de silêncio e pouca sociabilidade” (Moura, 2001, p 104), frequentados sobretudo por “jovens do ensino secundário ou superior, que [delas] fazem um uso marcadamente instrumental e funcional” (idem, p. 103).

Como transformar então a velha biblioteca pública, agora envolta em roupagens frescas e plenas de potencialidades, num espaço de convivência de novo tipo, que corresponda aos princípios consagrados no decreto de lançamento da Rede de Leitura Pública, em 1997 (“Uma política nacional participada de leitura pública assente numa rede de bibliotecas municipais que cubra todo o País surge, portanto, como um objectivo prioritário em termos de desenvolvimento cultural”)? E que tipo de impacto podem as bibliotecas públicas alcançar na promoção da inclusão social e, concretamente, através da promoção de competências de leitura e literacias?

É possível considerar a biblioteca pública, por definição ligada à comunidade local (veja-se o já citado *Manifesto da UNESCO* de 1994), como um espaço que contribui para a promoção da coesão social, já que toda a sua actividade se orienta para a aceitação do indivíduo no seio da comunidade, reconhecendo e aceitando a diversidade (cf. Kerslake e Kinnell 1998, p.5). O seu impacto social pode ser avaliado a partir de dois pontos de vista diferentes, os quais, segundo as épocas, os locais e as condições de funcionamento, definem a sua importância para o desenvolvimento local.

Em primeiro lugar, a biblioteca pública é um ponto de encontro cultural. Este é um dos aspectos que melhor definem a tradição deste tipo de bibliotecas nos países do sul da Europa, já que a formação das primeiras bibliotecas públicas no século XIX está intimamente ligada às incorporações dos bens das ordens religiosas (cf. Nunes, 1996b) e, em consequência, à conservação e difusão do património histórico e cultural. Nesse sentido, elas são, não apenas lugares privilegiados de contacto com as manifestações do génio criador humano e de conhecimento do mundo, mas também de promoção e conhecimento da memória e da identidade locais (cf. Nunes, 1996a, e Martínez González, 2003), o que pode configurar-se como uma marca indelével de promoção da coesão social das comunidades locais no

seio da sociedade global. Não obstante, o seu papel cultural nas sociedades modernas é algo mais complexo: se, por um lado, elas tendem a ser um centro de difusão das ideologias culturais e sociais dominantes, promovendo os produtos culturais dessas tradições, por outro são muitas vezes o único lugar de uma comunidade onde é possível encontrar a produção das culturas marginais; elas próprias se afirmam e actuam como difusoras de produtos culturais destinados a todos os sectores da população (por ex., os imigrantes, as minorias étnicas, etc.). Quer isto dizer que, ao mesmo tempo que os conteúdos principais das bibliotecas reflectem inevitavelmente o mercado editorial e os conteúdos ideológicos dominantes na sociedade, o chamado "mainstream" (capitalista, sexista, consumista, heterossexual, embora procurando observar princípios politicamente correctos), o próprio conceito de biblioteca pública implica a rejeição de qualquer tipo de censura e aponta para a criação de espaços específicos para os produtos e as manifestações culturais das culturas minoritárias (políticas, étnicas, de estilos de vida, de interesses individuais...) e, sobretudo, das crianças e dos deficientes.

Em todo o caso, as bibliotecas públicas não são mais do que organizações que funcionam em contextos políticos e culturais nacionais e transnacionais que as ultrapassam, e os princípios humanistas e solidários que as orientam confrontam-se com uma organização social na qual, segundo Pierre Bourdieu (2001, p. 77-78), "à mitologia da diversificação extraordinária dos produtos, podemos opor a uniformização da oferta", sendo muito difícil escapar aos efeitos das tendências de concentração dos grupos económicos dominantes nas redes de informação e comunicação, bem como ao predomínio da difusão sobre a produção, que impõe uma verdadeira censura económica.

Assim chegamos ao segundo ponto de vista, segundo o qual a Biblioteca Pública é um espaço de interacção social e tem um impacto económico na comunidade local. Mesmo no contexto dos condicionalismos sociais que acabámos de apontar, ela é um espaço livre e seguro onde podem encontrar-se os excluídos e as minorias de todo o tipo: mulheres, reformados, desempregados, imigrantes... e todo o género de pessoas isoladas e com dificuldades financeiras que são automaticamente excluídas de outros pontos de encontro colectivo, públicos ou privados, cuja

frequência ou uso dos serviços são sempre pagos, como nos bares ou cafés, nos teatros, museus, lojas, etc. De facto, um dos aspectos mais importantes dos serviços de bibliotecas públicas, não demasiado claramente afirmado no Manifesto da UNESCO⁴, é a gratuitidade, que se traduz na única maneira possível de servir eficazmente os sectores da comunidade que não têm capacidade económica para aceder aos recursos de informação.

De uma forma ideal, e se as opções políticas dos governos nacionais, regionais e locais o permitissem, o impacto da Biblioteca Pública na comunidade poderia traduzir-se tanto no apoio à identidade das comunidades locais, como no apoio aos mais desfavorecidos – por exemplo ajudando os desempregados a regressar ao mercado de trabalho –, a pessoas com ocupações ligadas aos novos tipos de trabalho – os tele-trabalhadores – ou àqueles cujas actividades não se enquadram no mercado de trabalho – os considerados inactivos –, ou inclusive funcionando como a fonte de informação privilegiada em épocas de crise e facilitando o uso democrático dos novos meios de informação.

Num relatório publicado em pela ASLIB em 1995 sobre os serviços das bibliotecas públicas em Inglaterra e no País de Gales afirma-se que estas “not only provide for cultural and leisure activities, but have an important role to play in economic regeneration through support for rural business, and provision of employment and training information” (p. 62). De acordo com este relatório, as bibliotecas públicas conquistam importância económica no desenvolvimento das comunidades locais através da prestação de serviços de informação às pequenas e médias empresas e de formação e apoio à integração no mercado de trabalho, contribuindo assim para a diminuição da pobreza ao nível individual e regional, e assegurando a sobrevivência de um leque de produtores culturais locais.

Inclusiva, formadora, a missão da biblioteca pública implica o reconhecimento da importância que todos os tipos de literacia têm para a qualidade de vida nos nossos dias. Como vimos, as bibliotecas públicas procuram corresponder às necessidades educativas de crianças, jovens e adultos em aspectos relacionados com a alfabetização, as literacias e a formação contínua, prevenindo o analfabetismo futuro nos adultos através

⁴ No *Manifesto da UNESCO sobre Bibliotecas Públicas* (1994) a formulação usada é a seguinte: “os serviços da biblioteca pública são tendencialmente gratuitos.”

da promoção de uma cultura de leitura nas crianças e apoiando os adultos nos seus esforços de aquisição de competências de literacia e formação ao longo da vida (cf. Zapata, 1993, p 124). Constatamos que, actualmente, a questão da eficácia do trabalho das bibliotecas no combate pela inclusão social já não se limita à promoção de hábitos e competências de leitura e escrita. Elena Zapata citava José Rivero há pouco mais de dez anos, num dos seminários preparatórios da mais recente versão do Manifesto da UNESCO Sobre Bibliotecas Públicas: “ellos son excluidos por no saber leer e no saben leer porque son excluidos” (op. cit., p.71). Hoje, poderíamos falar de formas mais sofisticadas de exclusão: excluídos por não saber usar as tecnologias da informação e comunicação, excluídos por não possuir os equipamentos necessários para aceder à informação, excluídos por não saber pesquisar, seleccionar, avaliar, processar informação. Inclusive sem falar das competências necessárias para realizar a maior parte dos trabalhos no mercado de emprego actual, a verdade é que, praticamente sem excepção, todos os serviços, públicos e privados, utilizam nos nossos dias formas variadas de relacionamento digital com os cidadãos – os bancos, o comércio, a administração pública, os museus, as telecomunicações... –, o que transforma os vários novos tipos de literacia, nomeadamente a informática e a informacional, em capacidades essenciais para a vida quotidiana dos cidadãos.

É assim que a simples existência de computadores e acesso à Internet nas bibliotecas públicas faz delas um factor de inclusão social: contra todas as expectativas, a tendência de evolução destes equipamentos na sociedade informacional não implica o abandono da sua utilização física por parte de um grupo dominante de estudantes e utilizadores de classe média que a substituem pelos seus serviços virtuais ou por outros recursos de Internet; ao contrário, reforça a sua utilização como redes de apoio social onde podem encontrar-se todo o tipo de pessoas, incluindo aquelas que são marginalizadas por outras organizações e que encontram aqui um serviço capaz de combater as deficiências sociais em aquisição de informação e na fruição de produtos culturais ou de lazer diversos (cf. Skot-Hansen, 2002).

Em todo o caso, sem o esforço coordenado entre a vontade objectiva dos centros políticos de decisão e a vontade de cooperação horizontal dos actores locais, não apenas os técnicos, mas a própria comunidade, a

biblioteca dos livros impressos e do estudo silencioso nunca chegará a ser a biblioteca dos cidadãos, o espaço de inclusão e conhecimento exigidos pela democracia e socialmente construído a partir de um ambiente assumidamente híbrido e globalmente alfabetizador. Aí os livros, a leitura, poderão finalmente, também eles, ganhar estatuto de cidadania.

Referências bibliográficas:

ASLIB (1995). *Review of the public library service in England and Wales for the Department of National Heritage. Final report*. London: Aslib. ISBN 0-85142-353-1.

BOURDIEU, Pierre (2001). *Contre-feu 2*. Paris: Raisons d'Agir. ISBN 2-912107-13-X.

BRUCE, Christine (1997). *The seven faces of information literacy*. Adelaide: Auslib Press. ISBN 1-875145-43-5.

DEWALD, Nancy [et. al.] (2000). Information literacy at a distance: instructional design issues. *The Journal of Academic Librarianship*, 2000, vol. 26, nº 1, p. 33-44.

Directrices IFLA/UNESCO para el desarrollo del servicio de bibliotecas públicas [em linha] (2001). [Consulta: 12 Nov. 2006]. Disponível na Internet: <URL: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001246/124654s.pdf> >.

KERSLAKE, Evelyn y KINNELL, Margaret (1998). Reviewing the literature on public libraries and social inclusion. *Libri*, 1998, vol. 48, p. 1-12.

MANIFESTO da UNESCO sobre a Biblioteca Pública (1994). In PORTUGAL. Instituto Português do Livro e das Bibliotecas. *Bibliotecas Públicas* [em linha]. [Consulta: 03 Nov. 2006]. Disponível na Internet: <URL: <http://www.iplb.pt> >.

MARCUM, James W. 2002. Rethinking information literacy. *The Library Quarterly*. 2002, vol. 72, nº 1, p. 1-26.

MARTÍNEZ GONZÁLEZ, Jerónimo (2004). La contribución de lo local a los servicios globales para los ciudadanos en la sociedad de la información. *IN'CID: Revista de Ciências da Informação e da Documentação*. 2004, ano 1, nº 1, p. 213-219.

MOURA, Ana Mocuixe (2001). *Práticas de leitura, jovens e novas tecnologias: a Biblioteca Municipal de Oeiras*. [Lisboa]: Instituto Português

do Livro e das Bibliotecas; Observatório das Actividades Culturais. ISBN 972-8436-21-1

NUNES, Henrique Barreto (1996a). A biblioteca e a memória da vida local. In *Da biblioteca ao leitor: estudos sobre a leitura pública em Portugal*. Braga: Autores de Braga, p.127-141.

_____ (1996b). Um país à procura de leitores. En *Da biblioteca ao leitor: estudos sobre a leitura pública em Portugal*. Braga: Autores de Braga, p. 25-37.

Portugal. Ministério da Educação e Cultura. *Decreto-Lei nº 111/87 de 11 de Março*.

RADER, Hannelore B. (2000). Alfabetización informacional en el entorno del servicio de referencia: preparándonos para el futuro. *Anales de Documentación*, 2000, nº 3, p. 209-216.

SKOTE-HANSEN, Dorte (2002). The public library in the service of civic society. *Scandinavian Public Library Quaterly*, 2002, nº 3, p. 12-13.

TYNER, Katheleen (1998). *Literacy in a digital world: teaching and learning in an age of information*. Mahwah, N.J.: Erlbaum. ISSN 1135-9250.

ZAPATA, Maria Elena (1993). The role of public libraries in literacy education. In *IFLA Seminar: Revision of the UNESCO Public Library Manifesto'72*. Guimarães: Bibliomédia, p. 70-81. Também disponível em *Libri*, vol. 44, nº 2 (1993), p. 123-129.